



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

RELATÓRIO 9437584/2023 - PRESI/JFAP

RELATÓRIO FINAL DO PROJETO POP RUA JUD SAMPA - 2º Mutirão de Atendimento à População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Em continuidade ao cumprimento da Resolução 425/2021, foi autorizado pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª. Região a realização do 2º **Mutirão POP RUA JUD SAMPA**, realizado nos dias 21 a 23 de novembro de 2022.

A despeito do sucesso do 1º. Mutirão pop rua, foi observado que, ante a primeira experiência com o atendimento da população vulnerável, somado a questões externas como a nova onda de infecção de corona vírus, a dificuldade de convocação de novos parceiros, a falta de dados da exatos quantidade de pessoas no entorno da Praça da Sé que seriam atendidas, a dinâmica do atendimento e até mesmo a identificação do volume e da variedade de demandas da população em situação de rua, restou certo a necessidade de que outro mutirão fosse realizado com objetivo de ampliar o acesso à população em situação de rua da cidade de São Paulo aos serviços públicos, à assistência social, à saúde e à justiça.

Apesar de não ter sido atualizada a Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo, encomendado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), partimos dos mesmos dados da pesquisa realizada ao final ano 2021, na qual concluiu que 31.884 pessoas viviam nas ruas da cidade, sendo que, entre essas pessoas, 19.209 pessoas (60,2%) foram recenseadas enquanto estavam em logradouros públicos e 12.675 pessoas estavam nos centros de acolhida da rede socioassistencial do município (39,8%)¹, apontando um crescimento de 31% dessa população em 2 anos, é visível que a população vulnerável em situação de rua em São Paulo aumenta diuturnamente.

O estudo, que ocorreria somente em 2023, foi antecipado devido à pandemia de COVID-19 e ao aumento visível da população de rua. Além de se tratar do primeiro levantamento realizado após a crise de saúde sanitária deflagrada pela pandemia, o estudo trouxe informações importantes sobre o perfil socioeconômico da população em situação de rua na cidade. Com efeito, segundo a pesquisa, a maior parte dessas pessoas possui baixa escolaridade e é natural de outras cidades e de outros estados brasileiros, vindo para São Paulo em busca de oportunidade de trabalho.

O levantamento ainda apontou que os principais motivos que levaram os entrevistados para a situação de rua foram os conflitos familiares (34,7%), a dependência de álcool e outras drogas (29,5%) e a perda de trabalho/renda (28,4%). Também é constatado que, após estarem em situação de rua, 42,8% das pessoas não trabalham, 33,9% vivem de bicos, 16,7% trabalham por conta própria, 3,9% são empregados sem registro em carteira e 2,2% são empregados com registro em carteira. Ou seja, a maioria das pessoas que estão em situação de rua trabalha de alguma maneira.

Mas, talvez, a informação mais relevante seja referente ao desejo de sair das ruas, que foi manifestado por 92,3% dos entrevistados, além da obtenção de emprego fixo, interesse apontado por 45,7% dos entrevistados.

Segundo dados levantados pelo POLOS/UFMG, o número real de pessoas vivendo na cidade é ainda maior, de 42.240, ou seja, 30% superior ao censo. Segundo o levantamento, 68% das pessoas em situação de rua são negras, 87%, homens, e a maioria com idades entre 18 a 59 anos, com o ensino fundamental incompleto.²

Nesse sentido, naquela ocasião o Conselho Nacional de Justiça – CNJ – editou a Resolução nº 425/2021, que instituiu a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades no âmbito do Poder Judiciário, trazendo diretrizes, objetivos e diversas medidas a serem observadas pelos Tribunais, a fim de garantir o acesso à justiça e à cidadania e assegurar os direitos humanos para essa parcela da população em situação de extrema vulnerabilidade.

Como já reportado anteriormente, o TRF3 deu cumprimento à Resolução, partindo da concepção de que o Poder Judiciário pode atuar como veículo de entendimento e promover a articulação interinstitucional como forma de contribuir para a solução dos problemas que afligem a sociedade atual, realizando o primeiro mutirão "POP RUA JUD SAMPA", entre 15 a 17 de março de 2022. das 10h às 15h, na Praça da Sé.

O projeto foi coordenado pelo TRF3 e envolveu a articulação entre as diversas instituições do poder público federal, estadual e municipal, bem como organizações da sociedade civil, para realização do "1º Mutirão de Atendimento à População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo", que ocorreu durante os dias 15 a 17 de março de 2022, nos três dias em que ele foi realizado, sendo que grande parte do público foi atraída pelos serviços de assistência social e de saúde, em especial na alimentação que foi fornecida.

Apenas para se ter uma ideia da dimensão que o mutirão alcançou, durante os três dias em que a ação ocorreu, foram fornecidas cerca de 10.000 marmitas, 3.000 kits de higiene, 1.500 absorventes femininos, além de toalhas para o banho e roupas limpas. Também foram realizados 450 cortes de cabelo, vacinações de 722 pessoas, testagem de sífilis, HIV e hepatites em 147 indivíduos, além do atendimento de saúde para outras 568 pessoas.

Em relação aos documentos, a maior demanda foi direcionada para a obtenção de RG e cadastramento no Cadastro Único Para Programas Sociais (números em apuração), mas também houve solicitação para alterar, regularizar ou obter CPF (116 atendimentos), regularizar ou obter título de eleitor (292 atendimentos), carteira de trabalho digital (92 atendimentos) e documentos relacionados ao serviço militar (207 atendimentos, dos quais se destacam 17 casos de alistamento).

Registre-se, ainda, que boa parte dos indivíduos obtiveram orientação sobre outros documentos ou sobre procedimentos por parte do CIC – Centro de Integração da Cidadania do Estado de São Paulo (600 atendimentos), da Caixa Econômica Federal (200 atendimentos sobre auxílio Brasil/ auxílio emergencial, 200 sobre PIS e 500 sobre FGTS). Também houve orientação a egressos do sistema penitenciário (300 atendimentos) e cadastramento para trabalho.

A avaliação da equipe de coordenação e dos parceiros sobre o resultado do Mutirão foi extremamente positiva, em especial

porque foi a primeira vez em que estiveram todas as instituições envolvidas em um projeto com tamanha variedade de serviços oferecidos e amplo atendimento. Boa parte do sucesso da iniciativa consistiu em convidar os representantes de instituições que já atuam junto à população em situação de rua, atuando o Poder Judiciário mais como mediador e coordenador da iniciativa para a obtenção do entendimento entre todos.

E, em que pese boa parte das instituições já atuarem em favor da população em situação de rua, um evento dessa magnitude nunca havia sido realizado com a participação de tantas organizações de forma articulada e organizada, razão pela qual o saldo final foi bastante satisfatório.

Aliado ao sucesso do projeto 1.º POP RUA JUD SAMPA, o sensível aumento da população em situação de rua na cidade de São Paulo estimulou a organização do 2o. Mutirão Pop Rua Jud Sampa, com aproveitamento da experiência adquirida e aperfeiçoamento da ação com a adoção das seguintes medidas: Ampliação do espaço de realização do Mutirão e o horário de atendimento; Revisão do layout das barracas e a localização dos serviços oferecidos; Reforço do atendimento para obtenção de RG e para cadastramento no CadÚnico, que foram os serviços mais acessados; Reforçar e testar o serviço de internet; Aperfeiçoamento do serviço de triagem dos cidadãos, prevendo-se o acompanhamento de um voluntário durante todo o atendimento.

OBJETIVOS E EIXOS DA AÇÃO

O principal objetivo do projeto foi garantir à população em situação de rua o acesso aos serviços públicos com vista ao exercício de direitos básicos de cidadania, à assistência social, à saúde e à justiça, a partir da articulação entre as diversas instituições do poder público federal, estadual e municipal, bem como organizações da sociedade civil, a fim de proporcionar uma atuação conjunta e concentrada.

Para isso, foram definidos três eixos fundamentais de atuação: a) Atendimento assistencial e de saúde; b) Expedição de diversos documentos necessários ao exercício da cidadania; c) Atendimento jurídico por instituições parceiras e garantia de acesso à justiça para ações judiciais e procedimentos extrajudiciais.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

A partir dos eixos de atuação, foram realizadas diversas reuniões setoriais (Núcleo Assistencial, Núcleo de Cidadania, Núcleo de Saúde, Núcleo de Justiça, Núcleo de Comunicação, Núcleo de Segurança e uma reunião final, com todas as instituições), além de reuniões internas do TRF3 (Reuniões de Magistrados de 1º e 2º graus, Reuniões de Servidores) e treinamentos para voluntários (houve 2 turmas híbridas para treinamento da Triagem, com orientações sobre como proceder em diversas situações práticas, além do fornecimento do layout do evento e, por fim, os vídeos gravados em ambas as turmas de treinamento ficaram disponibilizados para as pessoas que não puderam comparecer a nenhum dos dias de treinamento).

Ao final, foram definidos os serviços que seriam prestados, a infraestrutura necessária, os fluxos de atendimento, quantos voluntários e quais seriam as atividades de cada um deles.

Serviços que foram prestados à população em situação de rua:

- Emissão de documentos (certidão de nascimento, casamento, óbito, RG, título de eleitor, CPF, certificado de reservista, dispensa e alistamento militar);
- Consulta a processos trabalhistas;
- Propositura de ações trabalhistas;
- Regularização de processos penais;
- Agendamento de comparecimento na Justiça;
- Assinatura de carteirinhas de regime aberto;
- Consulta e liberação de FGTS;
- Benefícios previdenciários;
- Benefícios assistenciais – LOAS;
- Auxílio emergencial;
- Regularização de documentos;
- PIS/PASEP;
- Seguro-desemprego;
- Livramento condicional;
- Defesa em processos criminais;
- Direito de Família;
- Direito Assistencial;
- Direito à Saúde;
- Cadastro e atualização em Programas Sociais;
- Requerimento de benefícios – INSS;
- Plantão de dúvidas – CEF;
- Oportunidade de emprego;
- Orientação jurídica;

- Orientação de Direitos Humanos;
- Orientação LGBTQIA+;
- Orientação sobre violência contra a mulher;
- Orientação a imigrantes;
- Orientação para egressos do sistema penitenciário;
- Exames para testagem rápida: HIV, sífilis, hepatites B e C, COVID-19;
- Aferição e pressão arterial;
- Orientação para diabetes;
- Orientação para erradicação da tuberculose;
- Saúde bucal (promoção e prevenção);
- Orientação sobre álcool e drogas;
- Cortes de cabelo;
- Esmaltação de unhas;
- Distribuição de refeição.

Layout do local do 2º Mutirão:

Bens, equipamentos e serviços necessários para a ação:

- Alimentação para a população em situação de rua;
- Alimentação para os voluntários;
- Ambulância;
- Autorizações e licenças;
- Banheiros químicos;
- Banners e material de divulgação;
- Barracas e tendas;
- Cadeiras e mesas plásticas;
- Camisetas, etiquetas e crachás de identificação;
- Computadores, impressoras, máquina fotográfica;
- Cortes de cabelo;
- Esmaltação;
- Formulários para atendimento;
- Fornecimento de Água;
- Fornecimento e instalação de pontos de energia elétrica e geradores elétricos;
- Gradil para cercar a área da ação;
- Internet;
- Kits de higiene;
- Limpeza no local antes, durante e depois da ação;
- Local para guarda de mobiliário;
- Local para ponto de apoio;
- Local para descanso dos voluntários;
- Local para realização de perícias médicas;
- Macas e divisórias para a realização das perícias médicas;
- Microfone, televisão e caixas de som, para organização de fila e para transmissão da audiência pública relacionada à APDF
- Senhas para organização de filas;
- Vacinação e testes de saúde.

976/DF;

Instituições parceiras:

AGU - Advocacia Geral da União

AJUFE - Associação dos Juizes Federais do Brasil

AJUFESP Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul

ANAFE - Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais
APAMAGIS - Associação Paulista de Magistrados
ARPEN - Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo
BibliASPA - Biblioteca e Centro de Pesquisas América do Sul, Países Árabes e África
CEAB-DJ INSS Unidade Administrativa para cumprimento das decisões judiciais
CEF - Caixa Econômica Federal
Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (Bompar)
Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama
Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ)
Coordenadoria Estadual dos Centros de Integração da Cidadania – CIC
Departamento Jurídico XI de Agosto
Exército Brasileiro
Governo do Estado de São Paulo
Guarda Civil Metropolitana (GCM)
Instituto de Identificação Ricardo Gumbelton Daunt (IIRGD)
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
Instituto Oscar Freire
Missão Belém
MPSP - Ministério Público do Estado de São Paulo
OAB DH Ordem dos Advogados do Brasil Direitos Humanos
Palavras de Paz (ONG)
Polícia Federal - DELEMIG
Delegacia de Polícia de Imigração
Polícia Militar do Estado de São Paulo
Prefeitura Municipal de São Paulo
Reagentes de Transformação (ONG)
Receita Federal do Brasil
Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo
Secretaria Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde (SEABEVS)
Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos da Secretaria de Governo do Município de São Paulo - SEPE/SGM
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SMDET
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SEME/SEL
Secretaria Municipal de Saúde - SMS
Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia – SMIT
Secretaria Municipal de Saúde - SMS
Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU
Secretaria Especial de Comunicação – SECOM – Prefeitura Municipal de São Paulo
Serviço Franciscano de Solidariedade – SEFRAS
Subprefeitura da Sé – Prefeitura de São Paulo
Superintendência Regional Do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo (MTE)
TRE/SP - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
TRT2 – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
UMA - União das Mulheres Advogadas

RESULTADOS OBTIDOS

A presente edição do evento contou com 80 estudantes voluntários (a maioria cursando direito na PUC e Mackenzie, inscritos como voluntários para trabalhar na triagem para conseguir mais informações para o correto encaminhamento), além de 40 magistrados, dentre juízes e desembargadores federais (que organizaram a entrega de senhas, a triagem, os serviços prestados e também participaram como tutores de assistidos) e 62 servidores do Poder Judiciário Federal (que acompanharam pessoas e impediram a dispersão e saída do evento sem completo atendimento, bem como auxiliaram os juízes federais em suas atividades).

A organização do evento apurou que foram prestados 9.654 atendimentos para pessoas que ingressaram na área do Mutirão nos

três dias em que foi realizado, sendo que grande parte do público foi atraída pelos serviços de assistência social, em especial a alimentação fornecida.

Apenas para se ter uma ideia da dimensão que o mutirão alcançou, durante os três dias em que a ação ocorreu, houve o atendimento de 420 pessoas pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS) da Prefeitura de São Paulo, entre elas, 20 famílias, que foram encaminhadas a abrigos e equipamentos de acolhimento da municipalidade. Foram fornecidas 9.900 marmitas (3.300 por dia de evento), 3.200 kits de higiene bucal, 1.000 absorventes femininos, além de dezenas de brinquedos, que foram usados durante o evento e, depois dele, foram doados às crianças em situação de rua.

Também foram realizados 400 cortes de cabelo, 100 avaliações odontológicas, 200 testes para DST (sendo que houve cuidado integral às infecções sexualmente transmissíveis, com 50 atendimentos médicos e diversos encaminhamentos para tratamento ou controle – coleta VDRL), 200 aferições de pressão arterial e 600 pessoas foram vacinadas contra Influenza e/ou COVID-19 (Coronavac).

Em relação aos documentos, a triagem do núcleo de cidadania realizou 757 atendimentos. As pessoas (nacionais e estrangeiras) foram atendidas em diferentes órgãos públicos. De acordo com análises iniciais, em termos de educação, 389 não ultrapassam o ensino fundamental e 217 são egressos do sistema prisional.

A maior demanda desse núcleo foi direcionada para cadastramento no Cadastro Único Para Programas Sociais (450 atendimentos), a emissão de RG, com um total de 326 (sendo 98 no primeiro dia, 110 no segundo dia e 118 no terceiro dia do evento), mas também houve 429 atendimentos realizados pela Receita Federal (184 pesquisas fiscais, 39 orientações, 34 alterações, 26 regularizações, 26 inscrições e 154 2^{as} vias de CPF), 713 atendimentos realizados pelo TRE-SP (foram emitidos 420 títulos de eleitor e houve 293 requerimentos de dispensa de pagamento de multa) e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPEN) realizou 83 atendimentos.

O Exército fez 355 atendimentos, sendo 71 no dia 21/11/2022, 124 no dia 22/12/2022 e 160 no dia 23/11/2022. Foram emitidos 163 certificados de dispensa de incorporação (CDI), 64 impressões de CDI, 85 atestados de desobrigação com o serviço militar, 22 alistamentos militares (22 para maiores de 30 anos e 9 para demais pessoas), 4 inclusões de nome social e 8 dispensas de seleção (por problema social).

As Defensorias Públicas também realizaram muitos atendimentos. Foram 501 atendimentos pela DPE (180 atendimentos civis e 321 criminais) e 123 pela DPU (entre eles, perícia, avaliação social, LOAS, BPC, Informações, consulta e encaminhamentos para: Auxílio-Brasil, saque PIS/FGTS, CadÚnico).

Os imigrantes compareceram de forma massiva, sendo que a Agência ONU para Refugiados atendeu 200 pessoas, de diversas nacionalidades (Mali, Nigéria, Venezuela, Paraguai, Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Guiné Equatorial, Camarões, etc) e o Centro de Referência do Atendimento ao Imigrante (CRAI) atendeu 50 pessoas.

O Poder Judiciário Federal realizou 54 atendimentos, foram 43 perícias relacionadas a 25 processos, dentre os quais, 11 foram distribuídos no JEF por ocasião do evento (e 14 já haviam sido distribuídos previamente). O TRT-2 realizou 3 atermações e cerca de 25 consultas processuais. E, finalmente, o Tribunal de Justiça realizou 381 atendimentos, sendo 187 Certidões criminais e de execuções criminais SAJ, 92 Certidões de execuções criminais – SIVEC, 15 atendimentos comparecimentos (albergados), 3 agendamentos virtuais para comparecimento mensal (assinatura de "carteirinha"), 77 pedidos de extinção de multa penal (por hipossuficiência - impossibilidade de pagamento) e 7 atendimentos diversos. Por sua vez, o Ministério Público Federal realizou 5 atendimentos.

Registre-se, ainda, que boa parte dos indivíduos obtiveram orientação sobre outros documentos ou sobre procedimentos por parte do CIC – Centro de Integração da Cidadania do Estado de São Paulo e da Caixa Econômica Federal e também houve orientação a egressos do sistema penitenciário e cadastramento para trabalho, cujos números ainda serão contabilizados.

SUGESTÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da equipe de coordenação e dos parceiros sobre o resultado do Mutirão foi extremamente positiva, principalmente pela união de dezenas de instituições em um único projeto, o que trouxe ao local uma grande variedade de serviços e amplo atendimento, de forma organizada.

Alguns problemas detectados no 1º Mutirão foram solucionados, como a necessidade de um serviço de internet mais potente, a disponibilidade da Prefeitura de mais veículos para cadastros no CadÚnico, a distribuição de senhas, cujo anúncio dos números de senhas ocorreu com auxílio de microfone e caixa de som, e o aumento da área e de número de barracas disponibilizadas pelo Exército, garantindo mais conforto para as equipes de trabalho e para a população atendida.

Soma-se ainda a parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região, oferecendo uma gama de serviços não prestados na 1a. Edição.

Algumas inovações em relação ao evento anterior também puderam ser percebidas. No 2º Mutirão, havia um local onde as crianças podiam brincar (tanto na presença dos pais como durante o período em que os pais estivessem sendo atendidos) e até um palco com microfone e caixa de som, onde pessoas/conjuntos tocaram músicas e deixaram o clima muito agradável.

O Poder Judiciário atuou novamente como mediador entre os representantes de instituições que já lidavam com a população em situação de rua e a própria população, dessa vez, de forma mais participativa, inclusive oferecendo treinamento para todos os voluntários, tanto para triagem como para serem “anjos” (ou guias), que auxiliavam as pessoas, levando-as aos locais em que elas seriam atendidas. Isso gerou um atendimento mais rápido e efetivo, garantindo que a população atendida o acesso a todos os serviços necessários.

Nesse sentido, sugere-se a continuidade do Projeto Pop Rua Jud Sampa com a realização de mutirões de forma periódica e, ainda, em outras localidades, para alcançar um número ainda maior de pessoas em situação de rua, ou em extrema vulnerabilidade.

E, por fim, sugere-se a realização de reuniões periódicas entre todos os envolvidos para troca de experiências e fortalecimento da rede de apoio que se formou. Dê-se ciência desse relatório à Presidente do Tribunal Regional Federal da 3a. Região, às juízas federais Raecler Baldresca e Luciana Ortiz, aos servidores coordenadores do Projeto, Cristiane Wanderley Oliveira - JEF SP, Maria Aparecida Ferreira Franco Rosa - JEF SP, Ronaldo Bassoli - JEF SP, Anna Paula Navarro Reolin - GabPres e Gisele Molinari Fessore - UCIN.

Após, envie-se cópia do presente relatório às entidades participantes e ao Conselho Nacional de Justiça.

Por fim, agende-se reunião virtual de encerramento, como realizado no 1º Mutirão.

Marisa Cláudia Gonçalves Cucio
Juíza Federal em auxílio à Presidência do
Tribunal Regional Federal da 3a. Região.

¹ Disponível em https://qualitestct-my.sharepoint.com/personal/qualitestct_qualitestct_onmicrosoft_com/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fqualitestct%5Fqualitestct%5Fonmicrosoft%5Fcom%2FDocuments%2FProjetos%2FCENSO%5FSP%5FSMADS%5F2021%2FProdutos%202021%2FProduto5%5FSMADS%5FSP%5F2021%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fqualitestct%5Fqualitestct%5Fonmicrosoft%5Fcom%2FDocuments%2FProjetos%2FCENSO%5FSP%5FSMADS%5F2021%2FProdutos%202021&ga=1

² Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/09/pesquisa-mostra-que-populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-e-30percent-maior-do-que-indica-censo-municipal-numero-chega-a-42-mil-pessoas.ghtml>



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Cláudia Gonçalves Cucio**, Juíza Federal em Auxílio à Presidência do TRF da 3ª Região, em 18/01/2023, às 19:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **9437584** e o código CRC **E2F1B777**.